

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA: ENTRE A INTENÇÃO E O GESTO¹

Maria José dos Santos Costa²

Daniele Souto de Sousa Lins³

RESUMO

A formação continuada de professores está diretamente ligada à ideia de construção de uma educação de qualidade social. O desenvolvimento de políticas de formação continuada são direitos regularizados em aportes legais além de revelar a valorização docente e de ser fator essencial para que os mesmos tenham uma carreira atrativa e sustentável. A formação inicial, como etapa primeira neste panorama, orientada a partir da resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, configura como etapa importante desse projeto maior que o continuum formativo. Este texto objetiva discutir os paralelos entre os resultados educacionais nacionais e a ausência e/ou fragilidades das políticas de formação continuada qualitativas, que dialoguem com as realidades educacionais locais. Dessa forma, como método, esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, uma vez que utilizamos as colaborações de Farina e Benvenuti (2024), Veiga e Santos (2022), Alarcão (2011), Pinto (2011), Nóvoa (1992) entre outros, através da revisão de literatura, a partir do levantamento de trabalhos com temática semelhante. Utilizamos livros e periódicos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes e o Google Acadêmico. Esse procedimento permitiu aprofundar e qualificar o nosso debate uma vez que temos consciência plena de que formação deve ser contínua, qualificada e inserida nacionalmente em um projeto de educação com compromisso político e social, contribuindo para o fortalecimento do exercício da docência no Brasil. Este artigo traz considerações sobre os interesses neoliberais associados à educação e aponta que, apesar dos avanços legais, existem fragilidades na continuidade dessas políticas, no financiamento das mesmas e na articulação às realidades locais.

Palavras-chave: Formação continuada, políticas públicas, valorização, educação de qualidade.

ABSTRACT

Continuing teacher training is directly linked to the idea of building quality social education. The development of continuing education policies are rights regulated by legal contributions, in addition to revealing the value of teachers and being an essential factor for them to have an attractive and sustainable career. Initial training, as the first stage in this panorama, guided by CNE/CP resolution no. 4, of May 29, 2024, is an important stage of this larger project that is the training continuum. This text aims to discuss the parallels between national educational results and the absence and/or weaknesses of qualitative continuing education policies that engage with local educational realities. Thus, as a method, this work was developed through a qualitative approach, since we used the collaborations of Farina and Benvenuti (2024), Veiga and Santos

¹ Artigo elaborado a partir das pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Educação da UPE, Campus Mata Norte, vinculada aos Projetos: Política de Formação Continuada de Coordenadores Pedagógicos e Gestores: Uma Análise na GRE Sertão do Pajeú a Partir da Avaliação Diagnóstica da Rede e

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação-UPE Mata Norte. Professora apoio da EREM Nossa Senhora de Lourdes e Técnica de Ensino da Gerência Regional de Educação Sertão do Alto Pajeú. E-mail- maria.jcosta@upe.com

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação-UPE Mata Norte. Técnica do departamento de Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação do Município de Paulista - PE e Analista em Gestão Educacional da EREF Dom Pedro Bandeira de Melo. E-mail- daniele.souto@upe.br



(2022), Alarcão (2011), Pinto (2011), Nóvoa (1992) among others, through the literature review, from the survey of works with a similar theme. We used books and periodicals available in the Capes Theses and Dissertations Bank and Google Scholar. This procedure allowed us to deepen and qualify our debate since we are fully aware that training must be continuous, qualified and inserted nationally in an education project with political and social commitment, contributing to the strengthening of the exercise of teaching in Brazil. This article presents considerations on the neoliberal interests associated with education and points out that, despite legal advances, there are weaknesses in the continuity of these policies, in their financing and in their articulation with local realities.

Keywords: Continuing education, public policies, appreciation, quality education.

INTRODUÇÃO

O projeto de sociedade que se pretende construir muitas vezes está referenciado em documentos orientadores como Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB- e Plano Nacional de Educação -PNE-. De um modo geral, esses eixos norteadores ancoram-se em ideais de participação, democracia, combate aos preconceitos de qualquer tipo, respeito aos direitos humanos, sustentabilidade entre outras questões. A educação é a área que, por sua abrangência e relevância, precisaria garantir a implementação desse projeto que na proporção que é audacioso, revela-se também necessário e urgente.

Importante esclarecer que entendemos as nossas escolas como espaços de disputa de projetos de sociedade, diante disso, cientes somos de que não existe neutralidade quando se pensa em projeto social. Dito de outra forma, o projeto social das nossas instituições de ensino sempre acabam por se revelar através da definição de seus currículos, de suas práticas pedagógicas, nas suas formas de gerir, de avaliar e também na formação (ou não) de seus profissionais. Posto isso, objetivamos com este trabalho estabelecer um debate, a partir dos resultados educacionais em âmbito nacional, buscando entender como a oferta ou mesmo a ausência de políticas de formação continuada para professores tem se materializado, e ainda se existe a preocupação de que esses movimentos formativos estejam diretamente relacionados às realidades educacionais locais.

Cientes quanto as demandas contemporâneas que nos permeiam, precisamos discutir todas as questões que surgirão neste trabalho considerando um viés central e extremamente relevante: a dimensão política que a educação naturalmente tem. Ou de forma mais aprofundada, a forma como o Estado brasileiro, principal órgão mantenedor de políticas públicas, formula, implementa e garante ações permanentes e universais que deve(ria) atender a interesses coletivos. Na questão aqui em tela, buscaremos entender



como o estado desenvolve ações de formação continuada a partir de um recorte que ora se desdobra em âmbito nacional, mas que não nos impede de traçar considerações de âmbito local - estadual, regional, municipal ou mesmo a tão importante formação em serviço.

Se os resultados da educação brasileira não são satisfatórios, conforme temos evidenciado em muitos índices, indicadores e relatórios, ousamos já neste início afirmar que é muito provável que esse panorama esteja relacionado a ausência ou carência na oferta de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação. Neste trabalho faremos um recorte e amplo debate sobre a oferta de formação que precisaria ser garantida a partir de uma política pública contínua e de qualidade. Assim, para confirmarmos ou mesmo refutarmos a hipótese supracitada, desenvolveremos esse trabalho em busca da relação entre a qualidade da educação do nosso país e o desenvolvimento e oferta de políticas públicas de formação continuada.

Os resultados supracitados justificam a urgente necessidade formativa dos docentes como requisito básico e necessário para compreender o contexto contemporâneo e assim caminhar para um aperfeiçoamento da prática docente. Considerando que os nossos representantes políticos não estão atentos a questões como essas, concordamos com Pinto (2011, p.111) ao afirmar que:

Se o ensino público não recebe investimento financeiro compatível com suas demandas - aparecendo como prioridade apenas na retórica dos diferentes governantes -, sua tradição bancária continuará persistindo. Sendo que agora temos o agravante conjuntural do impacto incontestável do avanço dos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido existe hoje, muito mais do que antes, uma necessidade imperativa de formação continuada para os nossos docentes. Nos referimos para além de uma boa formação inicial de professores especialistas, pois essa habilidade hoje já não é mais suficiente. Necessário se faz que as formações continuadas sejam qualificadas de modo que as reflexões geradas nos momentos formativos conduzam o professor para além do domínio metodológico. Leve-os também a refletir de forma mais ampla, perpassando por questões históricas, sociológicas e até antropológicas que permeiam o ato educativo. Concordamos com Farina e Benvenuti (2024, p.16) que precisamos focar na promoção de uma educação de excelência fundamentada na humanização, capacitação e desenvolvimento, a busca contínua por aprimoramento contribui para cultivar indivíduos críticos e capacitados, prontos para enfrentar os imperativos de humanização e transformação do século XXI.



É importante lembrar que o nosso interesse neste debate não surge de um acaso, mas é gestado a partir das nossas vivências cotidianas por atuarmos em realidades de rede estadual, municipal e também por experienciarmos a dinâmica de gerência regional onde percebemos que a necessidade de debate da temática se expande. É o nosso dia-a-dia, é no laboratório vivo das nossas escolas e gerência regional que sentimos na pele o quanto carecemos de movimentos formativos permanentes e qualificados. Se quisermos falar de resultados educacionais é necessário formação. Podemos concluir afirmando que se quisermos falar de resultados educacionais que ultrapassem a ideia estritamente voltada para um índice a partir de uma avaliação externa, é necessário um continuum de formação.

METODOLOGIA

Existe na literatura um amplo debate sobre resultado em educação. A nossa concepção de resultado em educação é bem mais ampla que a nota de um indicador. Entendemos resultado educacional para além do recorte de uma matriz de referência, pois nossa concepção de resultados está associada a ideia de desenvolvimento crítico, domínio dos múltiplos letramentos, cuidado consigo, com o outro e com o meio ambiente, respeito às diferenças, senso ético, desenvolvimento de valores entre muitas outras questões que estão associada a expressão educação de qualidade social. Nesse sentido, a necessidade de formação se expande exponencialmente.

Dessa forma, como método, esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, uma vez que utilizamos as colaborações de Farina e Benvenuti (2024), Veiga e Santos (2022), Alarcão (2011), Pinto (2011), Nóvoa (1992), entre outros, através da revisão de literatura, a partir do levantamento de trabalhos com temática semelhante. Utilizamos livros e periódicos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes e o Google Acadêmico com as seguintes palavras-chave: política, formação continuada e professores. Esse procedimento permitiu aprofundar e qualificar o nosso debate.

É fato que, ao discutimos a necessidade de oferta de políticas de formação continuada, somos muitas vezes enfáticas por entendermos que a formação só sairá do ideário e se tornará prática quando houver vontade política, e essa vontade não pode ser discursiva, ela precisa estar materializada através de um cuidadoso financiamento da



educação. Do contrário, fazendo uma paráfrase a um conceito de Bauman, continuaremos a sucumbir numa *educação zumbi*⁴.

REFERENCIAL TEÓRICO

Existe uma vasta literatura propondo-se ao debate da importância do desenvolvimento de políticas de formação continuada. E, muitas vezes esse debate se capilariza a partir de questões específicas como formação continuada voltada para inclusão, tecnologias, trabalho interdisciplinar entre muitos outros temas. Nossa intenção aqui é um debate focal, sobre a importância e necessidade da oferta de políticas de formação continuada, sem necessariamente estabelecer recortes específicos, uma vez que esta é uma questão muito ampla.

A formação continuada do professor refere-se à formação que tem por finalidade contribuir com o desenvolvimento profissional durante o exercício das atividades docentes. Diferentemente da formação inicial, essa se dá no decorrer do seu exercício profissional, tendo como maior objetivo auxiliar no desenvolvimento da sua prática e das demandas inerentes a ela. Concordamos com Severino (2011, p.143), ao afirmar que a educação só se legitima a partir de um efetivo investimento em busca de melhores condições para o trabalho. Neste caso, o trabalho docente seria politicamente validado a partir da garantia do direito à formação como um ato educativo docente que pode instrumentalizar o professor para o desenvolvimento de diferentes competências que são tão necessárias para lidar com os desafios educativos que se descortinam.

No Brasil foram criadas algumas políticas públicas e iniciativas de formação continuada, em dados momentos, contribuindo de forma significativa, porém, em algumas situações aplicadas sem a preocupação com a continuidade e/ou com as realidades locais, como: PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), Pró-letramento, Programa Residência Pedagógica, ProInfo Integrado. Diante do exposto, podemos parafrasear Nóvoa (1992), quando traz a reflexão acerca da importância da formação docente e sobre a necessidade de uma mudança de paradigma na forma como se olha para a profissão do professor.

Dessa forma, entendemos que o professor estará melhor orientado para atender às demandas contemporâneas uma vez que passa a fazer parte de um movimento formativo aberto, pensante e flexível já que o mesmo está inserido em uma era que “começou por

⁴ Em alusão ao termo *Sociedade Zumbi* de Zygmunt Bauman, ao se referir a instituições que apesar de manterem sua forma e estrutura, perderam a sua função social e se tornaram inertes, como zumbis que andam sem propósito.



se chamar a sociedade da informação, mas rapidamente se passou a chamar sociedade da informação e do conhecimento a que, mais recentemente se acrescentou a designação de sociedade da aprendizagem.” (Alarcão, 2011 p. 17).

No tocante a formação inicial dos nossos professores há uma série de questionamentos em relação a qualidade dessa formação. Sabemos que as instituições de ensino superior, que formam os nossos docentes, têm perpassado por frequentes oscilações envolvendo múltiplos lançamentos e revogações de decretos, fato que também impacta o padrão de qualidade destes órgãos de ensino. Importante realçar que tivemos recentemente o lançamento do decreto 12.456/2025 com disposições sobre cursos de graduação em oferta de educação à distância, uma vez que temos presenciado um alastramento de faculdades privadas com vendas de diplomas sem o mínimo de crivo qualitativo, fruto de uma complexa mercantilização de ensino. Nesse sentido, Pinho *et. al*, em Veiga e Santos (2022), ao analisarem as ações do Ministério da Educação (MEC), validadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no tocante a tarefa de formar professores para atuar na educação básica, assim se posicionaram:

Essa abertura na legislação possibilitou que governo e empresários de ensino criassem esses cursos como forma de baratear custos e de atender as determinações legais no tocante a habilitação de professores em nível superior. As consequências já são por demais conhecidas: a privatização desenfreada do ensino, o aligeiramento da formação pela simples capacitação técnica” (p. 45).

A lógica neoliberal aplicada ao campo educacional brasileiro tem ampliado os desafios que já não eram poucos. Segundo Colares (2022),-essa mercantilização do ensino “[...]representa "o desespero" pelo crescimento da economia, traduzida em formas agressivas de "desenvolvimento" e intensificação do consumo para atender aos ditames do mercado, e a insaciável fome de lucros antecipados por parte do sistema financeiro”. (p.19). Dessa forma, temos percebido que a educação ao invés de servir a sua finalidade maior que é o pleno desenvolvimento humano, tem sorrateiramente se transformado em um setor empreendedor da economia. E assim, vivemos um extenso histórico de negação da educação de qualidade como um direito social. Nesse aspecto, Bloter e Nascimento (2023), nos lembra:

A reforma do Estado, implementada no Brasil na década de 1990, foi revisitada desde o governo Michel Temer ao governo Jair Messias Bolsonaro, implicando a redução do espaço de atuação do Estado e afetando o projeto de sociedade construído no final da década de 1980. Então, como qualquer um dos direitos do rol dos direitos humanos, a educação pública sofreu diversos golpes. Ainda que haja universalização de acesso, ela não significa qualidade social na formação fornecida pela escola, uma vez que são crescentes os movimentos



privatizantes que cerceiam os avanços democráticos e imprimem uma lógica fundada na competição e com foco, quase exclusivo, no treinamento da mão de obra. (p.28)

Em função destas questões temos visto a cada dia a veiculação de resultados educacionais cada vez mais comprometidos em termos de qualidade. Uma evidência desse fato está desenhado nos Resultados do Indicador de Alfabetismo Funcional-Inaf 2024. Uma iniciativa da Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro criado em 2001. O relatório apresenta detalhada concepção e premissas sobre o alfabetismo funcional no nosso país partindo do princípio de que o alfabetismo "é a capacidade de um indivíduo compreender e utilizar a informação escrita e suas práticas sociais." O relatório, montado a partir de importante amostra representativa, entrevistas presenciais mediadas por aplicadores e com a nova matriz de habilidades que envolve ações como: reconhecer e decodificar, localizar e identificar, compreender e inserir, avaliar e refletir. A partir de 3 importantes dimensões: letramento, numeramento e digital, em escalas categorizadas por: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. O estudo revela que, embora desde 2001 até 2024 o índice de analfabetismo funcional tenha caído em 10%, ainda temos hoje no nosso país cerca de 40 milhões de Jovens e adultos considerados analfabetos funcionais.

Por fim, compreendendo como a formação docente pode contribuir para a melhoria do cenário educacional brasileiro, consideramos que as questões aqui apresentadas justificam a necessidade imperativa de um qualificado projeto de formação continuada para os professores e profissionais da educação do país como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pudemos evidenciar a partir da revisão de literatura dessa temática, diante do que garante os documentos norteadores, bem como as ideias dos autores estudados no que se refere às políticas Públicas de formação continuada, que a sua consolidação é um direito legítimo acompanhado da necessidade estratégica de reconhecimento da sua potência para o fortalecimento do exercício da docência no Brasil.

A partir das leituras realizadas é notório os avanços legais e programáticos que tivemos no Brasil acerca do surgimento de políticas públicas de formação docente continuada, porém também é nítida que a implementação da prática de formação continuada ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à continuidade, adequação às realidades locais, financiamento e avaliação dos resultados que as políticas



de formação continuada oferecem. Pela complexidade da temática, compreendemos e reiteramos a necessidade de continuidade das reflexões acerca desta questão.

Numa referência rápida ao título deste trabalho, nos propomos a ressaltar que, muitas vezes no âmbito educacional é comum a existência de um descompasso entre as intenções e os gestos; pois muitas vezes aquilo que se intenciona, na prática, não se materializa como o idealizado. Isso dar-se por inúmeros fatores, como por exemplo, o não fortalecimento de políticas públicas que integrem formação inicial e continuada. Contudo, no título deste trabalho ao fazermos uso da expressão: *entre a intenção e o gesto*, desconstruímos essa ideia, pois compreendemos que os problemas relacionados à oferta de formação continuada para os nossos professores é, um GESTO POLÍTICO INTENCIONAL. Assim, depreende-se a partir das narrativas trazidas aqui em relação as dificuldades de oferta de formação continuada, que temos no nosso país um projeto muito bem estruturado de desvalorização da educação pública e conseqüentemente da figura do professor, também por isso não se investe em formação de professores.

Diante do exposto, reiteramos que, em função dos elementos estruturantes deste trabalho, não nos cabe a ampliação deste debate, contudo convidamos vocês a um exercício de reflexão em relação ao porquê deste gesto intencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base as revisões de literatura evidenciadas, bem como os documentos norteadores que tratam das Políticas Públicas de Formação Continuada fica evidenciado que a formação continuada de professores onde adequa-se formação inicial à formação em serviço, sendo estruturada intencionalmente, é um dos pilares mais importantes para a valorização, melhoria da profissão docente e a possibilidade de garantia do desenvolvimento profissional contínuo, da melhoria da educação ofertada, bem como da permanência e adesão de novos docentes ao exercício do magistério.

Partindo desse viés vislumbramos não só o aprimoramento das competências docentes, mas também o fortalecimento da carreira, que inevitavelmente culmina com um ambiente de trabalho mais colaborativo e engajado.

Apesar de vermos um caminho para a mudança do cenário atual de desvalorização, precariedade nas condições de trabalho, de salários e na formação inicial da profissão docente, necessitamos de investimentos comprometidos de fato com tais desafios.

No decorrer dessa pesquisa fica claro nos documentos norteadores como a LDB, a BNCC, o CNE, o reconhecimento e a validação das formações docentes contínuas, porém



observamos as fragilidades na adequação dessas formações às realidades docentes locais, onde deixa-se claro a perpetuação das desigualdades já tão explícitas no contexto educacional contemporâneo, mesmo tendo programas que visam minimizar tais deficiências como o PNAIC, o Pró-Letramento, o Residência pedagógica, entre outros.

Vemos como ponto de maior relevância dessa pesquisa a interligação entre formação continuada e melhoria da qualidade do ensino ofertado, bem como o papel do Estado nesse contexto, ficando claro que os professores precisam estar preparados para lidar com questões socioculturais complexas. A necessidade de um projeto Nacional de Formação Continuada comprometido em ofertar formações flexíveis, multidisciplinares, que promovam uma reflexão crítica do fazer docente, atendendo as novas exigências do século XXI. Torna-se, portanto, evidente que as políticas de formação continuada partam de uma aplicabilidade empírica macro para a micro quando pensamos na importância da adequação destas aos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e o respeito aos contextos locais, possibilitando um maior desenvolvimento docente a partir de suas reais necessidades enquanto educador.

Por fim, recomendamos a ampliação e produção de pesquisas de campo, onde professores das diferentes áreas do conhecimento sejam ouvidos, como também um movimento conjunto entre todos os atores envolvidos nesse contexto: governo, instituições educacionais e sociedade, ampliando os estudos no que diz respeito à eficácia das políticas públicas existentes e os impactos reais destas nas formações do cotidiano escolar, para que as formações continuadas efetivamente impactem e transformem a nossa realidade educacional e social.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. - 8. ed.- São Paulo: Cortez 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.**

BOTLER, Alice Miriam Happ; NASCIMENTO, José Almir do. **Escola e democracia : entre políticas e práticas**. – 1. ed. – Curitiba : Appris, 2023.

COLARES, Anselmo Alencar. COLARES, Maria Lilia Imbiriba Sousa. **Questões estruturais e desafios das políticas educacionais para além do contexto de**



VEIGA, Ilma Passos Alencastro. SANTOS, Jocyléia Santana dos. (Orgs). **Formação de professores para educação básica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

